

CONCORRÊNCIA CO SMDE Nº 02/2025

**CONCESSÃO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO E EXPLORAÇÃO
PUBLICITÁRIA EM ESTAÇÕES E TERMINAIS DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM
VIA SEGREGADA**

ANEXO B – MATRIZ DE RISCOS



CCPar

MATRIZ DE RISCOS

1. Disposições Gerais

1.1. Este ANEXO integra o CONTRATO e deve ser interpretado em conjunto com o CONTRATO e todos seus ANEXOS, em especial o CAPÍTULO VII - RISCOS.

1.2. Em casos de qualquer divergência entre o disposto neste ANEXO e o disposto no CONTRATO, prevalecerá o disposto no CONTRATO, conforme previsto na CLÁUSULA 4º do CONTRATO.

1.3. Os riscos decorrentes da execução do OBJETO serão alocados ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, conforme disposto na tabela abaixo.

2. Riscos Operacionais

Riscos Operacionais	
Materialização do Risco	Alocação
Impedimento ou atraso para a implantação de ATIVOS, diante da não aprovação ou atraso na aprovação e/ou licenças necessárias, impactando o planejamento estratégico da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA
Atraso para a implantação de ATIVOS, diante do atraso na aprovação e/ou licenças necessárias, quando os órgãos ou entidades competentes do PODER CONCEDENTE, devidamente provocados, deixem de observar os prazos para a respectiva manifestação.	PODER CONCEDENTE
Perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, depredação, pichações, perda, avarias ou quaisquer outros tipos de danos, intencionais ou não, e prejuízos causados aos ATIVOS, responsabilidade que não será reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do PODER CONCEDENTE.	CONCESSIONÁRIA
Variações imprevistas na demanda de USUÁRIOS das ESTAÇÕES e TERMINAIS, decorrente de fatores internos ou externos, incluindo mudanças no comportamento dos USUÁRIOS, variações econômicas e sazonalidade.	CONCESSIONÁRIA
Interrupção temporária ou intermitência do SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM VIA SEGREGADA.	CONCESSIONÁRIA
Interrupção de atividades e serviços em TERMINAIS e ESTAÇÕES que integram a ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Acidentes envolvendo os ATIVOS e USUÁRIOS ou terceiros.	CONCESSIONÁRIA
Prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE devido à execução do OBJETO em desacordo com as previsões deste CONTRATO, seus ANEXOS ou com as normas aplicáveis.	CONCESSIONÁRIA
Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pela CONCESSIONÁRIA, por seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a implantação e operação da CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado à CONCESSÃO, exceto o passivo não conhecido e anterior à data de assinatura de emissão da ORDEM DE INÍCIO.	CONCESSIONÁRIA

Riscos Operacionais	
Materialização do Risco	Alocação
Obsolescência, comprometimento de segurança ou funcionamento inadequado dos equipamentos elétricos, eletromecânicos e demais tecnologias empregadas na execução do OBJETO durante o período de vigência do CONTRATO, em razão da evolução técnica do setor ou superveniência de legislação e/ou regulamentação aplicável.	CONCESSIONÁRIA
Danos causados pela não garantia da segurança e/ou da saúde dos trabalhadores que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA na execução do OBJETO e/ou seu subcontratados.	CONCESSIONÁRIA
Acidentes de trabalho e demais danos decorrentes da inobservância das normas de segurança e saúde ocupacional na execução do OBJETO, envolvendo trabalhadores da CONCESSIONÁRIA e de suas subcontratadas, responsabilidades civis, trabalhistas, previdenciárias e administrativas.	CONCESSIONÁRIA
Ocorrência de greves ou paralisações de empregados da CONCESSIONÁRIA ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados.	CONCESSIONÁRIA
Imposição de modificação superveniente das condições do CONTRATO decorrente de ato do PODER CONCEDENTE que promova novas obrigações ou a alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO, desde que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA.	PODER CONCEDENTE
Ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR que torne inviável a execução do CONTRATO conforme pactuado, observando-se a repartição objetiva de riscos estabelecida neste CONTRATO.	COMPARTILHADO
Ocorrência de prejuízos decorrentes de manutenção e/ou reparos relacionados às delegatárias e/ou concessionárias de serviços públicos, inclusive municipais, na ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Eventos climáticos adversos, fenômenos meteorológicos extremos ou outras ocorrências naturais que prejudiquem ou interrompam temporariamente as atividades da CONCESSIONÁRIA e/ou danifiquem os bens da CONCESSÃO, incluindo, mas não se limitando a alagamentos, inundações, tempestades, vendavais, granizo ou eventos geológicos.	CONCESSIONÁRIA
Variações no número de ESTAÇÕES e TERMINAIS previstos no projeto inicial, para mais ou para menos, devendo a CONCESSIONÁRIA absorver os efeitos operacionais, financeiros e de planejamento decorrentes da variação.	CONCESSIONÁRIA

3. Riscos Jurídicos

Riscos Jurídicos	
Materialização do Risco	Alocação
Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA, decorrentes de demora ou omissão do PODER CONCEDENTE, desde que os órgãos ou entidades competentes, devidamente provocados, deixem de observar os prazos estabelecidos para a respectiva manifestação.	PODER CONCEDENTE
Atrasos ou inexecução das obrigações do PODER CONCEDENTE, causados pela demora ou omissão da CONCESSIONÁRIA ou de suas subcontratadas.	CONCESSIONÁRIA
Descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos previstos no CONTRATO e seus ANEXOS; e/ou na legislação vigente.	CONCESSIONÁRIA
Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, exceto quanto aos impostos incidentes sobre a renda, bem como mudança consolidada na interpretação dos tribunais superiores sobre a legislação e regulamentação tributária, quando comprovado seu impacto sobre o OBJETO. Considera-se incluída nessa hipótese a implementação ou aprovação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, como criação, extinção ou modificação de tributos para fins de apuração de reequilíbrio.	PODER CONCEDENTE
Alteração superveniente na legislação ou regulação, desde que diretamente relacionada à execução do OBJETO, que impeça sua execução.	PODER CONCEDENTE
Alteração superveniente na legislação ou regulação, desde que diretamente relacionada à execução do OBJETO, que não impeça a sua execução.	CONCESSIONÁRIA
Extinção da CONCESSÃO por vícios no processo de contratação, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA não tenha concorrido, de qualquer forma, para a ocorrência do vício que ensejar a anulação do CONTRATO.	PODER CONCEDENTE
Extinção da CONCESSÃO por descumprimento pelo PODER CONCEDENTE em relação às obrigações assumidas neste CONTRATO.	PODER CONCEDENTE

Riscos Jurídicos	
Materialização do Risco	Alocação
Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste CONTRATO, incluindo a elevação do custo de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilidades decorrentes, inclusive aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Falhas na constituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO em desconformidade com os requisitos contratuais estabelecidos, incluindo modalidade inadequada, montante insuficiente, prazo incompatível ou qualquer outra falha que comprometa a eficácia do instrumento.	CONCESSIONÁRIA
Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção do CONCESSÃO, por fato, ação ou omissão, derivado de conduta direta ou indireta da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA
Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste CONTRATO, incluindo a elevação do custo de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilidades decorrentes, inclusive aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Falhas na constituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO em desconformidade com os requisitos contratuais estabelecidos, incluindo modalidade inadequada, montante insuficiente, prazo incompatível ou qualquer outra falha que comprometa a eficácia do instrumento.	CONCESSIONÁRIA
Responsabilidade por autuações, sanções administrativas ou penalidades aplicadas por órgãos de controle ou fiscalização em decorrência de atos, omissões ou infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA, por seus empregados ou contratados, relacionadas à execução do OBJETO.	CONCESSIONÁRIA
Custos relacionados a indenizações por danos decorrentes de acidentes causados durante a execução dos SERVIÇOS e outras ações de terceiros	CONCESSIONÁRIA
Risco de interrupção da CONCESSÃO por decretação da falência da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA

4. Riscos Econômico-Financeiros

Riscos Econômico-Financeiros	
Materialização do Risco	Alocação
Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou má gestão da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do OBJETO, incluindo erros de planejamento, execução, manutenção ou operação.	CONCESSIONÁRIA
Variação de custos de insumos, investimentos, custos operacionais e de manutenção, inclusive em razão de flutuação cambial, ou despesas adicionais decorrentes de eventuais ajustes e adequações necessários para o cumprimento das diretrizes e exigências estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS.	CONCESSIONÁRIA
Dificuldade ou impossibilidade na obtenção de FINANCIAMENTOS e aumento do custo de empréstimos e FINANCIAMENTOS assumidos para a realização de investimentos ou custeio das atividades OBJETO desta CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Ausência de recursos da CONCESSIONÁRIA para arcar com obrigações financeiras assumidas perante terceiros.	CONCESSIONÁRIA
Variação da taxa de juros e taxa de câmbio.	CONCESSIONÁRIA
Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou subcontratadas decorrentes da execução da CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA
Impactos financeiros decorrentes da flutuação de demanda de USUÁRIOS do SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM VIA SEGREGADA.	CONCESSIONÁRIA
Redução do valor total auferido a título de RECEITA em razão de qualquer tipo de fraude praticada por USUÁRIOS ou terceiros, falta de energia elétrica, falhas nos equipamentos, atos de vandalismo e outros eventos cujo risco tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA
Não efetivação das RECEITAS projetadas pela CONCESSIONÁRIA ou sua redução a qualquer tempo.	CONCESSIONÁRIA
Custos decorrentes de eventuais cobranças efetivadas por outros entes públicos, incluindo União, Estado, Município, autarquias, agências reguladoras e órgãos ambientais, desde que relacionadas a atos ou fatos anteriores à CONCESSÃO ou a obrigações expressamente assumidas pelo PODER CONCEDENTE no presente CONTRATO.	PODER CONCEDENTE